

* 4 JUN 1992

A crise na saúde

O GLOBO

MAURO BRANDÃO CARNEIRO

O país vem sendo abalado com a série de denúncias, progressivamente comprovadas, de fraudes, desvios, malversação de dinheiro público e corrupção desenfreada nas diversas instâncias de governos. Esses crimes, particularmente graves quando envolvem a preservação de vidas humanas, têm sua face ainda mais cruel quando praticados sobre os recursos, tão escassos, que são destinados à saúde da população.

Na tentativa de pelo menos dificultar essas ações, a I Conferência de Saúde do Rio de Janeiro ressaltou a participação popular no planejamento e fiscalização dos governos na execução e aplicação dos recursos destinados à saúde. O Conselho Municipal de Saúde (CMS) tem metade de seus 24 membros proveniente de organizações de usuários e outra metade composta por profissionais de saúde e representantes dos prestadores de serviços: instituições públicas, filantrópicas e privadas.

O conselho tomou posse em janeiro, identificando como necessidade imperativa a municipalização das unidades que ainda se encontram sob controle do Ministério da Saúde, assim como a dos cinco hospitais estaduais. O CMS traçou dois objetivos imediatos para acelerar este processo: o estado deve promover a imediata passagem do Hospital Rocha Faria para o controle do município. Em relação ao Inamps, optou por iniciar uma co-gestão administrativa e paritária entre as duas esferas de governo, criando condições para a

completa absorção de todas as unidades pelo município em 12 meses.

A municipalização do Rocha Faria, com oferta de novos serviços como de neurocirurgia, cirurgia vascular, oftalmologia e otorrinolaringologia, além de garantir a isonomia salarial a seus funcionários, busca resgatar um mínimo de atendimento adequado à população da Zona Oeste, hoje completamente desassistida devido ao abandono dos hospitais estaduais. Em seguida, o processo será estendido ao Getúlio Vargas, Albert Schweitzer e Carlos Chagas.

Os hospitais ainda administrados pelo Ministério da Saúde terão o mesmo destino. Tratando-se de uma rede complexa, com cinco hospitais gerais, três maternidades e 17 PAMs, o município e o Ministério deverão iniciar processo de co-gestão administrativa que cuidará, entre outras tarefas, de redimensionar gastos atuais da rede, sabidamente superfaturados e eivados de corrupção. Com o Inamps garantindo o repasse regular de recursos durante o processo, caberá à Secretaria municipal de Saúde preencher, de imediato e através de concurso, as carências de profissionais, resgatando o pleno funcionamento dessas unidades. A municipalização contará com a participação da Secretaria estadual de Saúde e com a ação fiscalizadora do CMS, que garantirá, entre outras questões, a transparência desses atos ao conjunto da sociedade.

As resoluções do CMS já têm a aprovação da Prefeitura e do Ministério da Saúde. Não há entraves institucionais que impeçam sua implementação. Entretanto, preocupa-nos a viabilização financeira para a co-gestão. O ministro da Saúde, Adib

Jatene, vem-se manifestando quanto à falta de recursos. Sem verbas não há municipalização, não há assistência, não há saúde. Alega-se crise, mas a população paga impostos para que tais serviços existam, como prevê a Constituição. Nada justifica os infimos dois por cento do orçamento da União destinados à saúde, quando se sabe que 47% deste orçamento são reservados para pagamento dos juros da dívida externa. E preciso que os Governos estadual e municipal também destinem mais recursos à saúde, particularmente o Governo estadual, cuja omissão é medida pelo s cateamento de seus hospitais e pelo trato com seus funcionários: por mês, um médico do estado recebe salário de 240 mil cruzeiros.

Por seu turno, o conselho não pode ficar à mercê de interesses fisiológicos, clientelismos ou interferências partidárias. Seu compromisso é com a população e garantir a transparência é uma de suas funções vitais. Exemplo disso foi se debater a municipalização do Rocha Faria com os funcionários do hospital e com representantes da comunidade. Esse é o caminho a seguir.

Finalmente estão sendo dados os primeiros passos para a implantação do Sistema Unico de Saúde no Rio de Janeiro. Vamos lutar para que alegações como falta de verbas ou o ano eleitoral não inibam o processo. A população já sofre demais e a atual falência do sistema de saúde é um de seus maiores pesadelos.

Mauro Brandão Carneiro é médico, presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro e membro do Conselho Municipal de Saúde.